DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A DINÂMICA DAS PARCELAS SALARIAIS SETORIAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PARCELA SALARIAL AGREGADA

Palavras-Chave: distribuição funcional da renda, setores produtivos, parcela salarial.

Autores:

Nicolas Alberto Parra Núñez, IE – UNICAMP

Profª. Drª. Lilian Nogueira Rolim, IE - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A distribuição funcional da renda, isto é, a divisão da renda entre os fatores capital e trabalho, constitui um tema central na análise das desigualdades socioeconômicas no Brasil. Após avanços distributivos nos anos 2000, a partir de 2015 observa-se uma inflexão na trajetória da parcela salarial agregada, que passa a declinar de forma persistente (Rolim, 2024). Essa dinâmica pode ser observada na Figura 1:

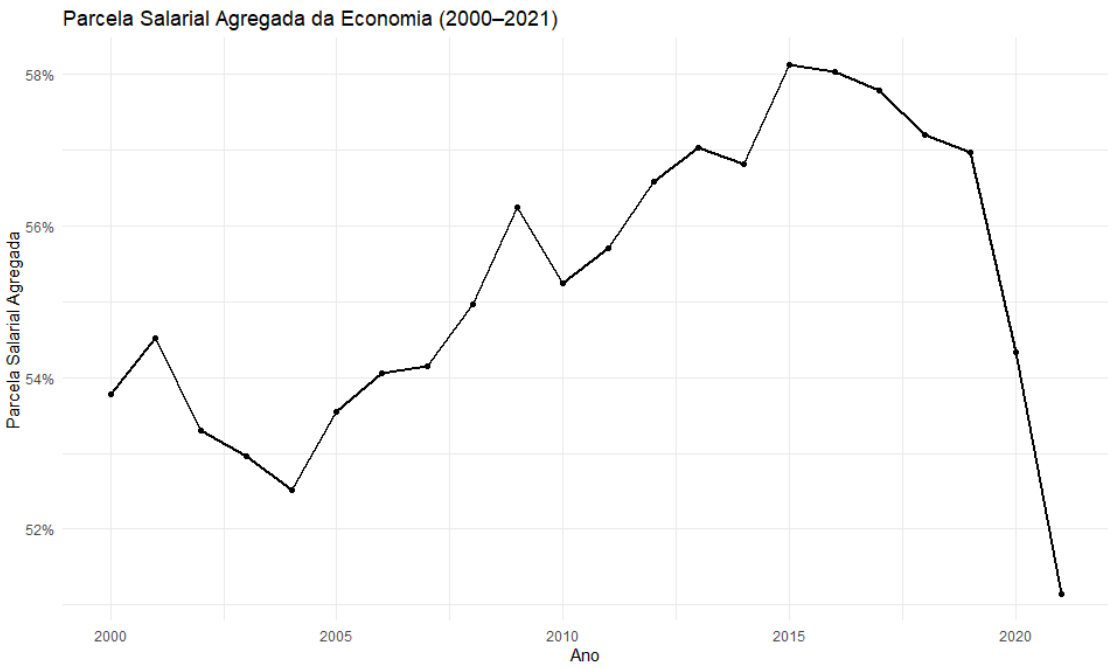

Figura 1: Parcela Salarial Agregada da Economia Brasileira (2000 a 2021).
Fonte: Série calculada com base do IBGE (2024a). O ano base para o index de cada setor é 2000. Elaboração própria.

Esse movimento está inserido em um contexto mais amplo de recrudescimento das desigualdades de renda no país. Segundo Chancel et al. (2022), o Brasil permanece entre os países mais

desiguais do mundo em termos de concentração de renda, com os 10% mais ricos apropriando-se de cerca de 59% da renda nacional em 2021. Tal concentração está associada, em grande medida, à deterioração da parcela do trabalho na renda total, especialmente após 2014. Rolim (2024), a partir de uma abordagem Kaleckiana, aponta que o enfraquecimento da massa salarial tem contribuído para a compressão da demanda agregada e para o aprofundamento das desigualdades estruturais.

Este projeto de Iniciação Científica tem como objetivo investigar as causas dessa reversão, decompondo a variação da parcela do trabalho na renda agregada a partir de sua dinâmica setorial, agrupando seus efeitos a fim de compreender a dinâmica da variável trabalhada. Para isso, utiliza-se o método *shift-share*, aplicado por Martins (2017) com a mesma finalidade, que permite isolar os efeitos intra-setoriais, de composição e de composição dinâmica no período 2000–2021.

METODOLOGIA:

Foram utilizados dados anuais do Sistema de Contas Nacionais (Tabelas de Recursos e Usos – TRU) do IBGE, desagregados em doze setores produtivos. A base de dados foi padronizada e as TRU foram traduzidas para automatização, possibilitando sua leitura e manipulação no *software* R (via *RStudio*). Essa padronização foi essencial, pois as TRU são disponibilizadas separadamente por ano, facilitando atualizações futuras. A parcela salarial de cada setor foi calculada como a razão entre a remuneração do trabalho (remuneração dos empregados e a fração do trabalho dos rendimentos mistos) e o valor adicionado setorial.

Aplicou-se o método *shift-share* para decompor a variação da parcela salarial agregada entre 2000 e 2021 em três componentes:

(i) efeito intrasetorial: variação interna à parcela salarial dos setores;

(ii) efeito composição: mudança na participação relativa dos setores no valor adicionado total;

(iii) efeito composição dinâmica: interação entre os dois efeitos anteriores.

$$\omega_t - \omega_0 = \sum_{i=1}^{12}(\omega_{i,t} - \omega_{i,0})s_{i,0} + \sum_{i=1}^{12}(s_{i,t} - s_{i,0})\omega_{i,0} + \sum_{i=1}^{12}(\omega_{i,t} - \omega_{i,0})(s_{i,t} - s_{i,0})$$

A análise foi realizada para o período completo e para subperíodos críticos (2000–2007, 2007–2013, 2013–2021), com destaque para o comportamento pós-2015, marcado por queda acentuada da parcela salarial agregada. Além disso, foram feitas duas análises, uma considerando os anos de 2020 e 2021 e outra desconsiderando-os, já que a instabilidade gerada pela pandemia poderia enviesar os resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Entre 2000 e 2015, a parcela salarial agregada cresceu de 53,8% para 58,1%, apoiada por políticas públicas distributivas e pela valorização do trabalho formal. No entanto, entre 2015 e 2021, essa parcela recuou para 51,1%, evidenciando uma inflexão importante na distribuição funcional da renda.

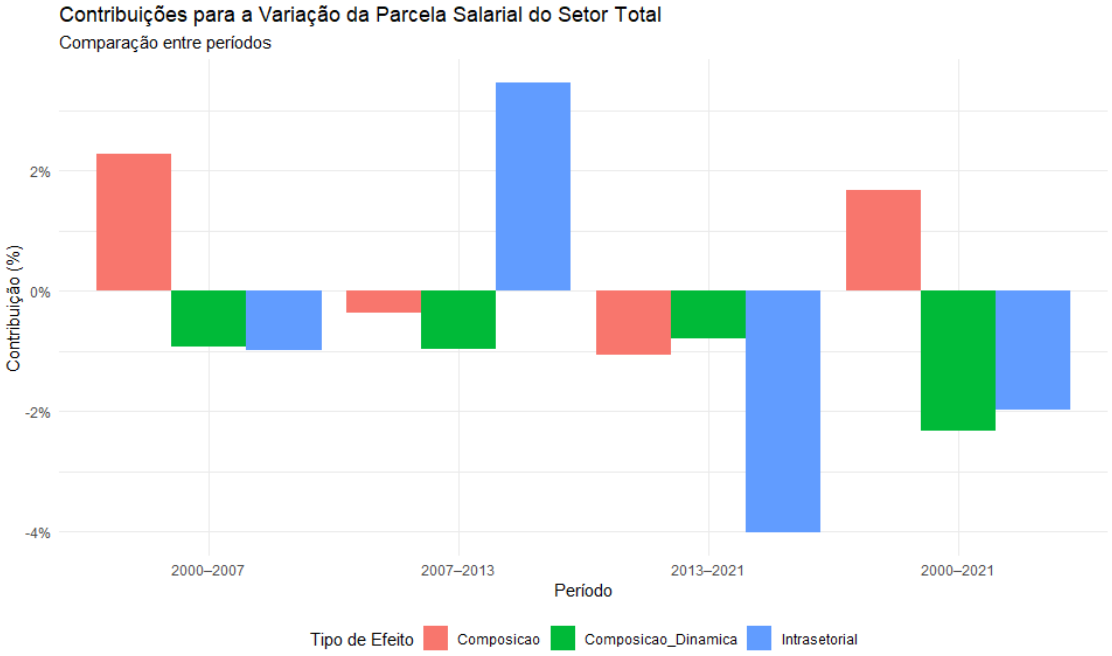

Figura 2: Contribuições para a variação da parcela salarial na Economia Brasileira (2000 a 2021).
Fonte: Série calculada com base do IBGE (2024e). Elaboração Própria.

A decomposição *shift-share* para o período 2013–2021, reportada na figura 2, mostrou:

- Efeito intrasetorial negativo (-0,0403): queda da parcela salarial dentro da maioria dos setores, indicando que a deterioração foi generalizada e estrutural.
- Efeito de composição negativo (-0,0107): setores com menores parcelas salariais (como Atividades Imobiliárias e Indústrias Extrativas) aumentaram sua participação relativa, agravando a regressividade distributiva.
- Efeito de composição dinâmica negativo (-0,0079): reforço adicional à perda distributiva, causado pela expansão relativa de setores cuja parcela salarial caía simultaneamente.

A comparação entre os subperíodos 2013–2019 e 2013–2021 evidencia o impacto da pandemia de COVID-19 sobre essa dinâmica. Entre 2013 e 2019, a variação da parcela salarial agregada foi praticamente nula (–0,001). Já entre 2013 e 2021, a queda foi expressiva (–0,059), com um aprofundamento dos três efeitos, sobretudo o intrasetorial (de –0,004 para –0,081), refletindo o agravamento das condições de remuneração e da precarização do trabalho.

No detalhamento setorial de 2013 a 2021, destacam-se os seguintes resultados.

Setores com maior impacto regressivo:

- Indústrias de Transformação: apresentaram a maior contribuição negativa intra-setorial (–0,0248), resultado da expressiva queda na parcela salarial (de 70,0% para 49,4%). Embora tenham aumentado ligeiramente sua participação (de 12,0% para 13,6%), isso gerou um efeito de composição positivo, insuficiente para compensar o colapso interno.
- Administração Pública (saúde, educação e seguridade social): com alta parcela salarial (de 90,6% para 88,4%), perdeu participação relativa e apresentou retração na remuneração do trabalho, gerando efeitos negativos em todos os componentes.
- Indústrias Extrativas: cresceram em participação (4,2% → 5,5%) e apresentaram parcela salarial muito baixa e em queda (17,1% → 8,4%), resultando em forte regressividade via efeitos intra e composição dinâmica.
- Agropecuária: aumentou participação (5,5% → 7,8%) com queda da parcela salarial (45,0% → 34,4%). Contribuiu negativamente nos efeitos intra e dinâmica, embora o efeito composição tenha sido positivo.
- Comércio: sofreu leve queda na parcela salarial (54,6% → 54,1%) e perda de participação (13,5% → 12,5%), com efeitos negativos em composição e intrasetorial.

Setores com efeito redistributivo parcial:

- Informação e Comunicação: valorização da parcela salarial (47,1% → 50,8%) e estabilidade na participação setorial. Contribuiu positivamente via efeito intra, com impacto líquido pequeno, porém progressivo.
- Construção: aumentou a parcela salarial (58,4% → 60,4%), gerando efeito intra positivo. No entanto, perdeu quase metade de sua participação no valor adicionado (6,4% → 3,6%), o que resultou no maior efeito composição negativo do período (–0,0164), anulando o impacto redistributivo.

Setores com impacto marginal ou neutro:

- Transporte, Armazenagem e Correio: retração da participação e da parcela salarial (62,3% → 57,9%), com efeitos negativos leves.
- Atividades Financeiras e Seguros: valorização leve da parcela salarial e redução marginal de peso setorial. Impacto neutro.
- Atividades Imobiliárias: parcela salarial estruturalmente baixa (~1,6%) e participação relativamente estável (~9%). Efeitos negativos de pequena magnitude.
- Outras Atividades de Serviços: parcela salarial elevada e estável (~68%), mas com queda de participação, contribuindo negativamente via composição.

A análise evidencia que a queda da parcela salarial entre 2013 e 2021 foi impulsionada por uma degradação difusa das condições internas dos setores e por mudanças estruturais adversas, como a reprimarização da estrutura produtiva, a desindustrialização e a redução do peso do setor público. Os poucos setores que apresentaram elevação da parcela do valor adicionado apropriada pelo trabalho — como Informação e Comunicação e Construção — foram estruturalmente insuficientes para reverter a tendência regressiva, seja por seu baixo peso relativo na economia ou pela perda de participação no caso da construção.

CONCLUSÕES:

A pesquisa confirma que a reversão da trajetória distributiva brasileira a partir de 2015 é explicada não apenas pela perda de participação de setores mais intensivos em trabalho (e com maior parcela dos salários), mas principalmente pela queda interna da parcela salarial na maioria dos setores. A decomposição shift-share revela que a deterioração da distribuição funcional da renda é resultado de fatores estruturais, ligados à desindustrialização, à financeirização e à intensificação da precarização das relações de trabalho.

Conclui-se que políticas públicas de reindustrialização, fortalecimento dos direitos trabalhistas, melhoria das condições de remuneração e regulação setorial orientada à elevação da parcela salarial são fundamentais para reverter a trajetória regressiva da participação do trabalho na renda da economia brasileira. Os resultados reforçam a importância de uma abordagem setorial para entender as desigualdades funcionais e embasar estratégias de crescimento inclusivo.

BIBLIOGRAFIA

CHANCEL, Lucas et al. World Inequality Report 2022. Paris: World Inequality Lab, 2021. Disponível em: https://wir2022.wid.world/. Acesso em: 20 jun. 2024.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

MARTINS, Gustavo S. A distribuição funcional da renda no Brasil entre 2000 e 2013: uma análise setorial e estrutural. Brasília: IPEA, 2017. (Texto para Discussão, n. 2197).

SANTORO, J. P. C.; ROLIM, L. N. The Brazilian distributive conflict in the early 21st century and the role of the foreign sector. Investigación Económica, v. 82, n. 325, p. 125–148, 2023. Journal of Economics and Economic Policies: Intervention, v. 21, n. 2, p. 279–308, 5 set. 2024.